

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO HUMANA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES SOCIAIS

EDUCATIONAL ASSISTANCE AND TRAINING IN HUMAN CASE OF CONTINUING EDUCATION TEACHERS / THE SOCIAL

Geize Jeane Gomes de Araújo; José Glauco Teixeira Lins Filho; Regenilson Veras Santos.

Fundação Fé e Alegria do Brasil, geizejgomes@yahoo.com.br; Cáritas Brasileira Ne 2, glaucofilho@gmail.com; Colégio Liceu de Artes e Ofícios/PE, rege.liceu@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo relata as experiências pedagógicas de formação continuada do projeto “Diga Sim à Proteção Infantil”, da Rede Cáritas no Nordeste do Brasil. O objetivo do projeto foi promover e capacitar educadores, jovens lideranças e gestores de Alagoas, Paraíba e Pernambuco para contribuírem para a prevenção da violência em suas comunidades. A proposta de intervenção pedagógica compreendeu a realização de uma capacitação denominada “Política de Proteção Infantil (PPI)”, na modalidade de Educação a Distância (EAD), e a realização de dois encontros presenciais na modalidade de oficina. A metodologia do curso previu que os participantes realizassem encontros com as famílias e demais membros da equipe de trabalho para refletirem sobre as temáticas abordadas. O arcabouço teórico utilizado nas atividades foram os manuais “Aprender a Viver Juntos”, da Rede Global de Religiões pelas Crianças (GNRC), e “Padrões de Proteção à Criança”, da Keeping Children Safe Coalition. Foi oportunizada a construção coletiva da PPI, documento norteador das práticas de intervenção junto às crianças e adolescentes e suas famílias. Com os atores sociais envolvidos no processo de proteção à vida, através dos espaços de diálogo e partilha, vislumbrou-se a criação de oficinas como espaço pedagógico de base para abranger os processos de elaboração e implementação da PPI.

PALAVRAS-CHAVE: formação continuada, política de proteção infantil, transformação social.

ABSTRACT: The article describes the pedagogical experiences of the continual training of the “Say yes to the Children’s Protection” project of the Cáritas Network in the Northeast of Brazil. The objective was to promote and enable educators, young leaders and managers from Alagoas, Paraíba and Pernambuco, to contribute to the prevention of violence in their communities. The proposed pedagogical intervention was comprised of a Distance Education training – EAD, called “Child Protection Policy – PPI” and two workshop. The methodology of the course provided the participants with some meetings with their own families and with the other members of their work groups to reflect on the previous themes. The theoretical framework used in the activities was the book “Learning how to live together” of the Global Network of Religions for Children (GNRC) and the “Standards for Child Protection” of the Keeping Children Safe Coalition, providing opportunities for the collective construction of PPI, the guiding document to help the intervention practices with children and adolescents

and their families. With the social actors involved in the protection of life process, through dialogues and sharing experiences, it was thought of creating workshops as pedagogical base for understanding the processes of elaboration and implementation of PPI.

KEYWORDS: continual training, child protection policy, social transformation.

1. Introdução

O projeto “Diga sim à Proteção Infantil” foi elaborado e desenvolvido com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares, comunitários e institucionais, em prol da garantia do direito à proteção e ao bem-estar físico e emocional de crianças e adolescentes atendidos pelas instituições da Rede Cáritas no Nordeste do Brasil. O projeto tem como princípio oferecer formação continuada a seus (suas) educadores sociais, visando à qualificação do trabalho prestado nas instituições do terceiro setor que atuam como parceiras em projetos sociais e educativos com crianças e adolescentes.

O projeto foi elaborado privilegiando o desenvolvimento de círculos de cultura freirianos, e seu processo de construção ocorreu na perspectiva de que as aprendizagens adquiridas pudessem ser expandidas, gerando mudanças no contexto social de meninos e meninas que convivem diariamente com situações de violência e negação dos seus direitos. Entendemos que essa violência é fruto de diferentes relações, influenciadas muitas vezes pela ausência de valores básicos e comuns em nossa sociedade – seja na família, na escola ou nas comunidades institucionais (igrejas, clubes, etc.).

Como ponto de partida para as mudanças sociais que almejamos, propusemos uma formação continuada sobre educação em valores, cultura da paz e proteção infantil, e que as informações abordadas nessa formação sejam partilhadas com as crianças, adolescentes e famílias atendidas pelas instituições. Propusemos também ações conjuntas de reconhecimento da diversidade cultural, da concepção de família e de infância e, do respeito mútuo, visando à promoção e garantia dos direitos dos envolvidos.

2. Aspectos da organização e da implementação do projeto de formação continuada

As atividades desenvolvidas foram elaboradas na perspectiva de contribuir para a sustentabilidade e readequação do trabalho que vem sendo realizado pelas instituições da Rede Cáritas, possibilitando, assim, o fortalecimento da formação inicial e

continuada dos(as) educadores(as) sociais, na perspectiva de ampliação dos espaços de partilha dos saberes e de valorização de cada vivência educativa dos grupos envolvidos.

A presente proposta de intervenção pedagógica caracteriza-se pela metodologia da problematização. Seus pressupostos são reconhecidos nos fundamentos teóricos de Paulo Freire (1980). Assumir a metodologia da problematização a partir da prática dos(as) educadores(as) requer rigor metodológico.

Os princípios metodológicos e pedagógicos que orientam o planejamento e a prática proposta, quando implementados, devem potencializar o desenvolvimento de competências humanas, éticas e políticas baseadas em princípios de valores, cultura de paz e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Assim, o planejamento teve a intenção de questionar o fazer pedagógico com os(as) educadores(as) que estiveram presentes nos encontros, com a partilha de suas práticas educativas.

O projeto tem como meta agregar valores significativos a essas atividades para fomentar uma Política de Proteção Infantil no Nordeste do Brasil que possa dialogar com Instituição e Família, bem como criar espaços de partilha de saberes entre as instituições da Rede e demais atores sociais envolvidos nos processos de proteção à vida.

Para otimizar os recursos e intensificar o tempo de dedicação dos envolvidos, adicionando aprofundamento aos temas tratados presencialmente, utilizou-se a Educação a Distância (Ead), considerada uma modalidade de educação alternativa e inovadora para ampliar horizontes do conhecimento, uma vez que possibilita a autogestão do tempo e reduz distâncias no que se refere à partilha de saberes, pois se caracteriza como um espaço virtual para (re)construir aprendizagens. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96) descreve a Educação a Distância como uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem e que conta com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, cujos conteúdos são apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Tendo isso em vista, no período de 14 de outubro a 02 de dezembro de 2013, os representantes das instituições da Rede Cáritas participaram de uma capacitação, na modalidade EAD, denominada Política de Proteção Infantil e assumiram o compromisso de realizar encontros com as famílias e demais membros da equipe de trabalho para refletirem sobre as temáticas abordadas durante as semanas do curso, composto por sete módulos; dessa forma, cada instituição realizou no mínimo sete

encontros com esse fim. Os temas abordados traçaram um caminho de aprendizagem a partir dos seguintes módulos: Marco legal e cultural, Abuso/maus-tratos infantis, Identificando riscos de abuso infantil, Razões para elaborar uma Política de Proteção Infantil, Estratégias preventivas (recursos humanos/comunicação), e Elaboração de um plano de ação para a construção da própria Política de Proteção Infantil.

As Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC's) foram muito úteis para o desenvolvimento do curso e representaram o principal canal de contato entre todos os atores envolvidos, na busca pela interatividade. Os recursos didáticos utilizados foram: computador com acesso à internet, imagens digitalizadas, vídeos, guias e apostilas de orientação, textos de referência sobre as temáticas abordadas no curso e os manuais “Aprender a Viver Juntos”, da Rede Global de Religiões pelas Crianças (GNRC), e “Padrões de Proteção à Criança”, da Keeping Children Safe Coalition. Nas comunidades rurais mais afastadas, devido ao acesso limitado às tecnologias de comunicação, os(as) educadores(as) facilitaram a partilha dos conteúdos através de dramatizações, da distribuição de cópias dos textos e de rodas de conversas.

Mediante esse processo de aprendizagem e formação continuada, o plano de ação do projeto previu a criação de oficinas presenciais com os(as) educadores(as) e gestores(as) da Rede, que servirão como espaço pedagógico de base para fortalecer os processos de criação e implementação da Política de Proteção Infantil nas organizações. Esse espaço de discussão e partilha de saberes pauta-se na Educação de Valores, uma vez que a promoção de valores é o primeiro passo para levarmos adiante o desenvolvimento humano pleno e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Da mesma forma, a Cultura de Paz – que não é um modismo, e sim uma necessidade, um direito-dever de todos os atores do processo educativo, para que este seja emancipatório – foi um tema recorrente nos encontros, proporcionando momentos de reflexão sobre a prática educativa, postura profissional, cuidado de si e com o outro.

Durante a realização de cada oficina, ocorreram círculos de conversas/círculos de cultura como estratégia de resgate das etapas, processos e conceitos abordados no curso EaD “Política de Proteção Infantil”, que revisitaram as ações do projeto, elencando os pontos favoráveis e os que deveriam ser aperfeiçoados, visando ao crescimento qualitativo da construção das aprendizagens sobre a proteção infantil para os inscritos no curso, bem como para os(as) educadores(as) e familiares que venham a participar das rodas de conversas posteriormente.

O grupo foi unânime ao afirmar a relevância do curso, dos encontros e dos temas abordados, assim como do caminho trilhado, e ressaltou que os conceitos apresentados nos módulos estão contribuindo para a melhoria do trabalho desenvolvido nas instituições e qualificando os planejamentos de intervenção junto às famílias e demais membros da equipe de trabalho. Contudo, alguns participantes sinalizaram dificuldades em relação ao manejo e acesso à internet, bem como à falta de recursos materiais; mencionaram também dificuldades relacionadas à linguagem utilizada nos textos, principalmente quanto ao uso de termos técnicos.

Os dados coletados na avaliação/monitoramento foram analisados e remetidos ao pressuposto de que os processos de aprendizagem na sociedade pós-moderna passam por uma quebra de paradigmas e por uma transformação tecnológica, além de mudanças econômicas, políticas e culturais. O limiar dessas fronteiras espaciais e temporais, assim como as relações em rede e as sistêmicas, faz parte do contexto de ensino/aprendizagem atual. Os(as) educadores(as) necessitam se qualificar tecnicamente, ser pesquisadores e críticos políticos, ter curiosidade e desejo pelo conhecimento, uma vez que essas dinâmicas e mudanças refletem diretamente no modo de pensar o fazer educativo. O caráter fragmentário experienciado em muitas das práticas pedagógicas necessita acompanhar esse ritmo frenético, para se contrapor numa perspectiva de mudança possível.

Assim sendo, o processo de formatação do plano de formação necessita ser uma construção coletiva, participativa e democrática, compreendendo os(as) educadores(as) como sujeitos atuantes em todo o processo de aprendizagem e que necessitam ser motivados e orientados, levando em consideração as suas contribuições para o desenvolvimento do trabalho. Tendo isso em vista, a partir de algumas intervenções pedagógicas, alcançamos como resultado a conscientização do grupo sobre o seu papel no próprio processo de formação; as parcerias cresceram e floresceram de forma significativa no período de realização desta experiência.

Dessa forma, a concepção de coletividade na Rede Socioassistencial de Garantia de Direitos tem prosperado e firmado laços conjuntos. No mesmo ritmo, os desafios no processo de formação continuada consistem na manutenção da clareza e coerência das propostas de intervenção que se quer realizar nos projetos socioeducativos; no desenvolvimento de planos de ação pública que fortaleçam a relação em rede; e no proveito do trabalho realizado como modelo para outras instituições. Assim, compreendemos que ao ser partilhada, essa experiência poderá representar uma

importante partilha de saberes e vivências em prol da concretude de redes de trabalho com outros segmentos do setor educacional e de garantia de direitos.

O que sinaliza como um novo horizonte é manter o contato com os novos conhecimentos do campo educacional e social, trazendo o debate acadêmico e científico para o interior dos centros educativos e investindo na socialização de experiências de sucesso sobre formação continuada e práticas educativas.

3. O papel dos(as) educadores(as) sociais e o processo de formação continuada

O processo de formação de educadores(as) deve ocorrer em caráter contínuo e sistemático para que o grupo envolvido possa compreender esse espaço como sendo de construção do conhecimento e partilha de saberes, e que reflète diretamente na qualidade do trabalho socioeducativo desenvolvido por eles(as) junto às crianças e adolescentes atendidos.

É de responsabilidade das instituições do Terceiro Setor que atuam com educação não formal e atividades de formação contribuir diretamente para a sustentabilidade de todas as ações propostas nos projetos, na medida em que o programa de formação continuada possibilita o fortalecimento da formação inicial, continuada e permanente dos educadores(as) sociais, uma vez que o foco dessa formação deve estar no cotidiano da instituição.

Diante disso, as propostas de formação continuada têm que ter caráter de transformação e envolvimento dos(as) educadores(as) sociais no processo de organização, implementação e avaliação das propostas formativas, tendo como foco sua prática educativa. Esse direcionamento implica necessariamente a opção por uma metodologia de trabalho que garanta o protagonismo dos sujeitos envolvidos, cabendo ao(à) educador(a) desde logo, o papel daquele que medeia, promove, desafia, provoca e apoia reflexões. Define-se, assim, um jeito peculiar do fazer, porque há uma finalidade especial a atender: a transformação, protagonizada pelos próprios sujeitos envolvidos. Esse é o jeito de fazer da educação popular, que está fundamentada no referencial teórico-metodológico freiriano, como uma concepção de educação realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos.

Desse modo, a pedagogia freireana só pode ter essa identidade se for capaz de se recriar em situações inéditas. Ao olhar para esta concepção, fazendo o contra-ponto com

as etapas do processo de formação, faz-se necessária a construção de um planejamento participativo, dialético e dialógico com os sujeitos envolvidos.

Diante desse cenário, surge a figura dos educadores(as), que medeiam os processos de formação continuada, como sendo os profissionais responsáveis pelo planejamento e execução das etapas de formação. Esse é um trabalho que necessita ser pautado na observação de tudo o que acontece no espaço educativo como provocador de intervenções pedagógicas sobre a prática, visando à qualidade no processo de ensino/aprendizagem dos meninos e meninas.

Os(as) educadores(as) formadores(as) precisam desmistificar a ideia de que só estão ali para chamar a atenção da equipe e atrapalhar o andamento do trabalho, legado oriundo da rigidez e descontextualização com a qual alguns profissionais atuam e atuaram num tempo histórico dos encontros de formação. A busca pela criação de espaços saudáveis para realização do trabalho pelas equipes educativas deve ser constante. Além disso, o(a) formador(a) não pode ignorar as experiências e as fragilidades vivenciadas no dia a dia da instituição. É preciso levar em consideração que as vivências nos espaços educativos, as dúvidas, os avanços e as conquistas representam elementos importantes para a partilha de experiências nas formações, que, dessa forma, tornam-se um espaço composto por vivências valiosas e construtivas para os agentes sociais envolvidos.

A conexão dessas concepções com o trabalho realizado ao longo desses meses de formação e execução das ações ocorre pelo anseio de que as aprendizagens elencadas nesse período possam contribuir para o desenvolvimento formativo e emocional de outros grupos que venham a ter acesso ao material produzido. Assim, os(as) educadores(as) devem ser compreendidos como sujeitos ativos, capazes de assumir o papel de especialistas nos processos de ensino-aprendizagem e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Sendo sujeitos compromissados com as pessoas, e que as intervenções pedagógicas e sociais produzidas por eles(as) possam ir além da centralidade no domínio dos conteúdos teóricos. Nesse sentido, a Formação Pedagógica Continuada não é o domínio dos conteúdos, e não há de centrar-se apenas nele nem de focar apenas as características pessoais dos(as) educadores(as), necessitando ir além das barreiras atitudinais e proporcionar espaços de discussão da práxis, favorecendo o desenvolvimento da prática educativa.

Desse modo, a metodologia destinada à formação continuada de educadores(as) refletirá o que se almeja alcançar nos espaços de aprendizagem com os atendidos pelas

instituições da Rede, levando em consideração que é preciso ter outras metas interligadas; acentuando atitudes positivas dos(as) educadores(as) diante de sua postura, do local onde atuam, do público atendido e suas famílias; ampliando sua consciência ética; revitalizando a luta por melhorias nas condições de trabalho, de vida e de moradia; dando ênfase a um maior envolvimento político; e, ainda, estabelecendo novos padrões relacionais entre a gestão administrativa e pedagógica, com seus pares e com a comunidade, para que a gestão democrática possa se tornar uma realidade.

Assim, a formação continuada em serviço deve ter uma proposta clara de ação e por meio dela, o(a) educador(a) ganha em autonomia e reflete, inclusive para opinar em que aspectos e de que modo entende ser preciso aprimorar-se. E quem coordena os processos formativos precisa desenvolver planos de ação pública que formem e fortaleçam, em conjunto, o grupo e a equipe gestora da instituição, de forma a tornar possível a articulação em rede com outros segmentos do setor e com a própria comunidade, através da mobilização popular; entrar em contato com os novos conhecimentos do campo educacional e social, trazendo o debate acadêmico e científico para o interior dos centros educativos; e investir na socialização de experiências de sucesso sobre formação continuada e práticas educativas. Sem esquecer a contribuição para ampliar o universo cultural dos(as) educadores(as), o tempo dedicado às ações de formação, incentivando e apoiando novas práticas educacionais, submetendo-as ao debate crítico no âmbito das redes.

4. Considerações finais e lições aprendidas no período analisado

O processo de elaboração das ações, acrescido das discussões e aprendizagens construídas ao longo de sua realização, permitiu aos educadores e educadoras o alcance de algumas proposições para o aprimoramento da formação continuada que fomenta não apenas a criação, mas também a implementação da PPI. Os(as) educadores(as) são vistos(as) como sujeitos ativos, capazes de assumir o papel de facilitadores e motivadores de processos de ensino-aprendizagem, garantia de direitos e cultura da paz.

Reafirmando Freire (2011), quando uma geração chega ao mundo, seu futuro não está predeterminado. O futuro, também, não pode ser visualizado, por exemplo, como a pura repetição de um presente de frustrações, inseguranças, desamores, dificuldades e insatisfações. A existência do futuro deve, sim, ser construída dentro do sujeito na medida em que ele desenvolve a consciência de que pode mudar o presente. E é mudando o presente que o sujeito constrói o futuro (GADOTTI, 2004).

Nesse sentido, as etapas do Projeto “Diga Sim à Proteção Infantil” não foram centradas apenas no domínio de conteúdos, mas, sobretudo, no resgate de conceitos, concepções, vivências, como também na valorização do outro como ser de direitos, gerando espaços de provocação da consciência crítica e ética; dando ênfase ao envolvimento político; e, ainda, estabelecendo novos padrões relacionais e comportamentais com as equipes do projeto e na contratação de novos membros e elementos da comunicação interna e externa.

O processo de capacitação foi estruturado para que fosse provocativo e pudesse ir além dos limites geográficos de cada instituição, gerando planos de ação pública que formem e fortaleçam, em conjunto, os grupos de trabalho, além de atuar em rede com outros segmentos do setor e com a própria comunidade, através da mobilização popular. A elaboração e implementação da PPI gerou, nas instituições da Rede, um olhar mais crítico para a realidade social em que estamos inseridos e para o nosso papel em prol da garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O projeto “Diga Sim à Proteção Infantil” será concluído em fevereiro de 2014, período em que se buscará o cumprimento da implementação da PPI por parte das instituições da Rede e o monitoramento dos processos de implementação, além da permanência dos encontros e oficinas de discussão com as famílias e o acompanhamento sistemático de seis famílias como referência de monitoramento do trabalho que vem sendo realizado. Além disso, haverá a realização da terceira e última oficina, com foco no monitoramento da implementação da PPI, visando à sistematização do projeto para a publicação do instrumental pedagógico-didático metodológico, em formato de cartilha.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

CONSELHO INTER-RELIGIOSO DE EDUCAÇÃO ÉTICA PARA AS CRIANÇAS; REDE GLOBAL DE RELIGIÕES PELAS CRIANÇAS; FUNDAÇÃO ARIGATOU. **Aprender a Viver Juntos**: um programa intercultural e inter-religioso para a educação ética. 2009. Disponível em: <http://www.ethicseducationforchildren.org/mm/file/Arigatou_P.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 30.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes. 1980, p. 45.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004, p. 34.

KEEPING CHILDREN SAFE COALITION. **Capacitação para a proteção da Criança**: Guia 3. 2012. Disponível em: <http://www.keepingchildrensafe.org.uk/sites/default/files/KCSTool_3_portugues.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Como implementar os padrões**: Guia 2. 2012. Disponível em: <http://www.keepingchildrensafe.org.uk/sites/default/files/KCSTool_2_portugues.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Padrões de Proteção à Criança**: Guia 1. 2012. Disponível em: <http://www.keepingchildrensafe.org.uk/sites/default/files/KCSTool_1_portugues.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Política de Proteção Infantil da Kindernothilfe**. 2012. Disponível em: <http://br.kindernothilfe.org/multimedia/KNH/Downloads/Sonstiges/Kinderschutz_Policy/Kinderschutz_Policy+Portugiesisch.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.